

(AUTO)AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR EM
MOÇAMBIQUE. UM ESTUDO DE CASO

HIGHER EDUCATION QUALITY EVALUATION IN MOZAMBIQUE. A CASE
STUDY

Felipe André Angst¹

José Matias Alves²

Resumo

A garantia da qualidade tem recebido muita atenção nos últimos anos, principalmente por pressões internas e externas relacionadas à progressiva massificação do ensino superior e a necessidade de alinhar o crescimento quantitativo das frequências com padrões internacionais de qualidade. A adoção de práticas de autoavaliação resultou de uma imposição externa às Instituições de Ensino Superior moçambicanas, pretendendo instituir dinâmicas de autorregulação interna e legitimar procedimentos de controlo externo conducentes à acreditação de cursos e instituições. O presente artigo resulta de uma investigação no âmbito do doutoramento em Ciências da Educação e visa apresentar e discutir os instrumentos regulatórios e as ações de autoavaliação e seus resultados a nível profissional e social dentro de uma unidade básica da Universidade Católica de Moçambique. Em termos metodológicos, adota-se a perspetiva de estudo de caso e recorre-se à observação não participante, à realização

¹ Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Gestão de Recursos Florestais e Faunísticos, Lichinga, Moçambique. fangst@ucm.ac.mz

² Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa. jalves@porto.ucp.pt

de entrevistas e à análise de conteúdo de documentos produzidos no decorrer deste processo. Concluimos que a autoavaliação, embora marcada por dimensões ambíguas e debilmente articuladas, impulsionou mudanças e melhorias durante e depois da prática do processo de autoavaliação.

Palavras-chave: (Auto)avaliação, qualidade, ensino superior, melhorias.

Abstract

Quality assurance has received much attention in recent years, mainly due to internal and external pressures related to the progressive massification of higher education and the need to align quantitative growth of frequencies with international quality standards. The adoption of self-evaluation practices resulted from an external imposition on Higher Education Institutions aiming to institute internal self-regulation dynamics and to legitimize external control procedures leading to the accreditation of courses and institutions. This paper aims to present and discuss self-assessment actions and their effects at a professional and social level within a basic unit of Universidade Católica de Moçambique (Catholic University of Mozambique). In methodological terms, the case study perspective is adopted, and the non-participant observation and the content analysis of documents produced within this process are used. We conclude that self-assessment, although marked by ambiguous and weakly articulated dimensions, led to changes and improvements during and after the practice of self-evaluation.

Keywords: (Self)evaluation, quality, higher education, improvements.

1. Tema, objeto e objetivo de estudo

O tema que nos propomos estudar enquadra-se na autoavaliação da qualidade do ensino superior (ES). O objeto de estudo é o sistema de avaliação de qualidade do ensino superior moçambicano e o objetivo é apresentar o referencial legal que leva a processos de avaliação, discutir as ações de autoavaliação e descrever as melhorias a

nível organizacional, profissional e social dentro de uma Unidade Básica (UB) da Universidade Católica de Moçambique (UCM).

2. Pertinência e relevância do tema

Em virtude da expansão desmedida de instituições de ensino superior (IES) com diferentes cursos e especializações em Moçambique (em dez anos, o número de instituições aumentou de 38 para 52 IES), uma realidade em todas as províncias e alguns distritos, a garantia da qualidade tem recebido muita atenção nos últimos anos por pressões internas e externas no sentido de alinhar o crescimento quantitativo das frequências com padrões internacionais de qualidade.

O debate atual no país tem-se centrado na conjugação da expansão com a qualidade do ensino superior. Para Mosca, “a quantidade não pode comprometer a qualidade” (2009, p. 12), porém, a realidade demonstra um cenário diferente do que se espera e pode trazer consequências maléficas à sociedade.

Nesta perspetiva, a autoavaliação nas instituições de ensino superior vem sendo assumida como tarefa necessária e socialmente exigida, num contexto de culto global não só pela eficiência e eficácia, mas também pela exigência do direito à equidade e justiça, garantindo a todos padrões de qualidade que têm de ser assegurados, quer pelas instâncias públicas que regulam o ES moçambicano, quer pelas próprias IES. Neste contexto, a problemática da autoavaliação, da avaliação externa, da prestação de contas, da responsabilidade institucional e organizacional são fatores-chave da agenda nacional e internacional.

O nosso ponto de partida foi o Decreto 63/2007, de 31 de dezembro, que cria o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES), o qual integra normas, mecanismos e procedimentos coerentes e articulados que visam concretizar os objetivos da qualidade no ensino superior e que são operados pelos atores que nele participam.

Registe-se ainda que o enquadramento normativo vincula as instituições à adoção forçada de práticas de autoavaliação, nela se introduzindo uma dinâmica de regulação

interna e externa que se admite tenha impacto nos modos de organização e gestão da qualidade educativa.

Assim, pretendemos estudar o desenvolvimento do processo de implementação de ações de autoavaliação de qualidade e perspetiva de melhorias na Universidade Católica de Moçambique, numa das suas Unidades Básicas (UB).

3. Problema e questões de investigação

De forma sumária, o ingresso de estudantes no ensino superior moçambicano teve um crescimento exponencial – de menos de 5000 estudantes em três instituições de ES em 1989, para mais de 82 000 em 2011, distribuídos por mais de 38 instituições entre públicas e privadas (Langa, 2012). Em 2015, conforme dados estatísticos sobre o ES, existiam 174 802 estudantes e 49 IES, públicas e privadas (Cumaio, António & Baptista, 2016). E no registo da Direção Nacional do Ensino Superior (comunicação pessoal, 2017, 17 de março), em 2016, existiam 189 135 estudantes em 52 IES. O crescimento médio anual mantém-se desde 2010 a um ritmo de 12 500 novos ingressos por ano.

A génese do problema da investigação enuncia-se do seguinte modo: o ensino superior em Moçambique expandiu-se de forma acentuada nos últimos dez anos. Multiplicaram-se as instituições, os cursos, disparou a frequência do número de alunos, cresceu também o número de professores que foram chamados a exercer funções de docência e pesquisa a nível universitário.

Esta explosão da oferta e da procura colocou, inevitavelmente, um problema de qualidade e de credibilidade pública do sistema de ensino superior, ameaçando a sua imagem social. Surge, assim, um contexto de crise de confiança e de legitimidade que obrigou o poder público a lançar um sistema global de avaliação e controlo de qualidade de um sistema em risco de anomia.

De acordo com este problema de investigação, definimos quatro questões de investigação principais:

- a) Que atividades foram já realizadas pela instituição para a implementação do Decreto n.º 63/2007, de 31 de dezembro, do Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES)?
- b) Como foram organizadas as tarefas de autoavaliação?
- c) Que planeamentos existem para a melhoria da qualidade decorrentes da autoavaliação?
- d) Em que áreas ou dimensões são já identificáveis melhorias decorrentes do processo?

4. Quadro legal

Partindo de um quadro conceptual e teórico extenso, que nos permitiu definir as lentes teóricas para a análise, começámos por estudar o decreto n.º 63/2007, de 31 de dezembro, do Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES), que integra três subsistemas: subsistema de autoavaliação; subsistema de avaliação externa; e subsistema de acreditação, todos dinamicamente relacionados. Passaremos a descrever o subsistema de autoavaliação, requisitos e indicadores.

No que se refere à autoavaliação da qualidade (artigo 6 do Decreto n.º 63/2007), ela é de carácter obrigatório, regular, progressivo e transparente. Pressupõe a participação de todos os intervenientes no funcionamento da instituição de ensino superior, incluindo estudantes, docentes, investigadores e corpo técnico administrativo. Os resultados da autoavaliação devem ser do conhecimento de toda a comunidade académica.

No artigo 11 do mesmo decreto, a autoavaliação integra normas, mecanismos e procedimentos que são operados pela própria instituição de ensino superior, constituindo-se como ponto de partida e instrumento para levar as instituições a assumirem a cultura de qualidade em primeira instância.

Os principais objetivos da autoavaliação estão descritos no artigo 12 do mesmo decreto: verificar a qualidade da instituição, cursos e programas a partir da missão e padrões de qualidade legalmente estabelecidos; induzir à criação de uma cultura de

qualidade; identificar problemas concretos e resolvê-los como passo para a melhoria da qualidade; e, por fim, fornecer informações e dados necessários ao processo de avaliação externa. Os relatórios dos processos de autoavaliação devem ser enviados ao órgão implementador e supervisor do SINAQES.

O processo de autoavaliação inicia-se com a constituição da Comissão de Autoavaliação que estabelece o quadro institucional próprio para o seu funcionamento e formas de organização, gestão e ação que resultem num plano de trabalho.

O Guião de Autoavaliação de cursos e/ou programas e instituições (Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior – CNAQ, 2016) apresenta as etapas compreendidas na autoavaliação: (1) ações prévias, (2) preparação, (3) desenvolvimento e (4) consolidação.

A etapa 1 compreende a definição dos termos de referência pelo órgão central da qualidade, dos padrões e dos critérios de verificação; jornadas de formação da equipa central da qualidade; e a elaboração do manual de autoavaliação, que deverá ter como referência o manual de avaliação externa elaborado pelo Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ).

A etapa 2 consiste na constituição e nomeação formal da comissão de autoavaliação, com funções de coordenar, realizar e articular o processo interno de avaliação que inclui capacitação, elaboração do plano de atividades, orçamento e sensibilização da comunidade académica para a qualidade.

Na etapa 3 constroem-se os questionários e guiões de entrevista, recolhem-se, organizam-se e analisam-se os dados e redige-se um relatório preliminar.

A etapa 4, a última, é a da consolidação e refere-se a: (i) elaboração, (ii) divulgação e (iii) balanço crítico do relatório final que inclui o plano de melhoria. Posteriormente, o relatório final deve ser enviado ao CNAQ para ativar a avaliação externa.

A estrutura do Relatório de Autoavaliação é indicada pelo CNAQ no Manual de Autoavaliação e deve incluir, necessariamente, a contextualização, a metodologia utilizada, os resultados da Análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*), um plano de melhorias, recomendações e conclusões, elementos que não

podem ser omitidos pela comissão de autoavaliação; ou seja, a análise *SWOT* será uma metodologia utilizada para autoavaliação.

Os métodos e instrumentos de autoavaliação são definidos e construídos pela Comissão de Autoavaliação, constituída pela própria instituição de ensino, mantendo, contudo, a conformidade com os indicadores e padrões de qualidade estabelecidos pelo CNAQ.

A avaliação externa é dirigida pelo CNAQ através de especialistas e peritos independentes que irão ajuizar e validar o relatório de autoavaliação produzido pelas instituições de ensino superior e unidades básicas. Assim, a avaliação externa das instituições de ensino superior tem por objetivos: promover a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem; validar o relatório de autoavaliação; servir de instrumento de prestação de contas; estimular e regular a concorrência entre instituições; emitir uma declaração sobre a sua qualidade. O êxito da avaliação externa depende da capacidade que as instituições têm de se avaliar internamente. (CNAQ, 2016)

O subsistema de acreditação tem ainda por objetivos: oficializar e tornar público o estado da qualidade de uma instituição de ensino superior, curso e/ou programa; garantir o cumprimento dos requisitos básicos do seu reconhecimento oficial; fornecer bases independentes e objetivas para o estabelecimento de uma sã concorrência entre IES e entre cursos e/ou programas por esta conduzidos; e proporcionar ao público informações que permitam um critério de escolha de uma instituição de ensino superior, curso e/ou programa (CNAQ, 2016).

Figura 1. Tabela de Acreditação

Níveis	Ações	Desempenho (Quantitativo)	Desempenho (Qualitativo)
	Ação urgente/Não acreditado	0-59%	Não satisfatório
Nível C	Acreditado condicionalmente até 2 anos)	60-79%	Satisfatório com muitas reservas
Nível B	Acreditado condicionalmente até 3 anos)	80-89%	Bom
Nível A	Acreditado condicionalmente até 5 anos)	90-100%	Excelente

Fonte: CNAQ, 2017

Como referem, Barreyro e Lagoria (2010, p. 11), a acreditação é:

o processo pelo qual uma agência ou associação concede reconhecimento público, legalmente responsável, a uma instituição de ensino superior ou curso e/ou programa especializado que atende a determinados padrões e qualificações pré-estabelecidas. Acreditação é determinada por uma avaliação inicial seguida por outra com determinada periodicidade. O objetivo do processo de acreditação é fornecer uma avaliação profissional aceitável da qualidade das instituições e cursos e/ou programas e estimular a melhoria contínua dos mesmos.

Os indicadores (as IES podem escolher outra designação para indicador, por exemplo, dimensão ou área) de qualidade para o processo de autoavaliação são propostos pelo SINAQES. Os indicadores da avaliação (de cursos, programas e domínio institucional) de um estabelecimento de ensino superior (EES) é motivo de muita atenção, pois uma universidade sem qualidade não existe e, se existe e ainda não fechou, vai fechar. Giertz (2000) refere que a qualidade pode ser vista como a imagem de marca do ensino superior. Sem qualidade não existe ensino superior no verdadeiro sentido da palavra.

Os indicadores de qualidade instituídos e considerados pelo CNAQ constantes no artigo 17 do SINAQES para avaliação de cursos e programas são:

- 1) Missão: sua formulação, relevância, atualidade e divulgação;
- 2) Gestão: democraticidade, governação, prestação de contas, descrição de fundos e tarefas, adequação da estrutura de direção e administração à missão da instituição e mecanismos de gestão da qualidade;
- 3) Currículos: desenho curricular, processos de ensino e aprendizagem e avaliação de estudantes;
- 4) Corpo docente: processo de formação, qualificações, desempenho e progressão, rácio professor/estudante, regime de ocupação, condições de trabalho, vinculação académica e à sociedade;
- 5) Corpo discente: admissão, equidade, acesso aos recursos, retenção e aprovação, desistência, participação na vida da instituição, apoio social;
- 6) Corpo técnico e administrativo: qualificações e especializações, desempenho, razão corpo técnico e administrativo/docente, adequação do corpo técnico-administrativo aos processos pedagógicos;
- 7) Pesquisa e extensão: impacto social e económico, produção científica, relevância da produção científica, estratégias e desenvolvimento da investigação, cooperação, ligação com o processo de ensino e aprendizagem e pós-graduação, recursos financeiros, interdisciplinaridade, monitoramento do processo e vinculação científica;
- 8) Infraestruturas: adequação ao ensino, pesquisa e extensão, salas de aulas, laboratórios, equipamento, bibliotecas, tecnologias de comunicação e informação, meios de transporte, facilidade de recreação, lazer e desporto, refeitórios, gabinetes de trabalho, anfiteatros, manutenção de instalações e equipamentos e plano-diretor;
- 9) Internacionalização: promoção da mobilidade de estudantes e docentes estrangeiros, parcerias na investigação e troca de docentes ou estudantes.

Para tanto, queremos recordar que o mapa completo de indicadores, padrões e critérios de verificação está disponível em www.cnaq.ac.mz.

5. Revisão da literatura

A avaliação consiste na apreciação valorativa de uma certa coisa e, para atingir a objetividade, deve fixar-se em indicadores claros. Isto não significa, porém, que a subjetividade e as dimensões qualitativas da avaliação possam ser excluídas. Para os defensores de uma visão positivista, “avaliar significa contar, medir os resultados de qualquer acção em fase de desenvolvimento ou no seu termo” (Dias Sobrinho, 2000, p. 37). Mas avaliar é muito mais do que isso, pois implica compreender, analisar e melhorar a realidade que está a ser observada. É nesta ótica que Alves e Castro (2013, p. 54) referem a avaliação institucional como uma ferramenta de garantia política e pública da melhoria contínua da qualidade.

À luz desta linha de raciocínio, Stufflebeam e Shinkfiel (1993, p. 183) também sustentam que:

A avaliação é um processo de identificação, recolha e apresentação de informações útil e descritiva acerca do valor e do mérito das metas, da planificação, da realização e do impacto de um determinado objeto, com o fim de servir de guia para a tomada de decisões, para a solução dos problemas de prestação de contas e para promover a compreensão dos fenómenos envolvidos.

Deste modo, a função essencial da avaliação é proporcionar informação útil para a tomada de decisão, revelar dados para a prestação de contas e ajudar a compreender, administrar e aperfeiçoar o avaliado, afastando a visão negativa da avaliação que nos leva a acreditar que a “valoración se realiza para resaltar lo negativo, lo mal hecho, para sancionar, para reprobado” (Espinar, 2013, p. 33). Nestes termos, a avaliação não pode ser visualizada como punitiva, mesmo considerando os objetivos de regulação e controlo; deve antes pautar-se por uma visão positiva, voltada para refletir sobre as

virtudes, as potencialidades e as barreiras que devem ser vencidas pela comunidade académica em prol da qualidade.

Para que esta prática se efetive, Stufflebeam e Shinkfiel (1993) apresentam um conjunto de condições que determinam a própria avaliação: (i) a avaliação precisa de ser comparativa e, por isso, precisa de referentes ou de termos de comparação; (ii) a avaliação é condicionada pelas finalidades a que se destina, pelos públicos a que se dirige e pela entidade que encomenda e “negoceia” a própria avaliação; e (iii) a avaliação depende do grau de qualidade dos avaliadores e da sua perícia na recolha e análise de dados e na sua interpretação.

No que se refere à terceira condição, Clímaco (2005, p. 104) defende que a avaliação da qualidade da educação não é uma ação compatível com avaliadores solitários, requerendo antes: uma equipa de avaliadores com conhecimentos profissionais reconhecidos, multidisciplinar e interativa como forma de valorizar as intersubjetividades; um enquadramento institucional propício e que abranja a automobilização para a avaliação e libertação de informação; e ainda a clareza das regras a que deve obedecer e os fins a que se destina.

A autoavaliação é realizada pela própria comunidade académica (docentes, equipa diretiva, apoio, agentes externos, etc.) até porque a garantia de qualidade é da responsabilidade, em primeiro lugar, das próprias instituições de Ensino Superior: “as universidades são responsáveis pelo desenvolvimento de culturas internas de qualidade [...] e procedimentos efetivos favorecem resultados intelectuais e educativos vibrantes” (EUA, 2003, p. 9).

A autoavaliação é muito mais que “um exercício burocrático de controlo e verificação de conformidade com orientações externas”, é “um processo permanente orientado para a melhoria da qualidade”. É uma prática que “envolve procedimentos de monitorização e controlo, de reflexão e posterior intervenção” que depende do “acompanhamento sistemático das diversas atividades, o levantamento de dados e a construção de indicadores”; ou seja, requer um “processo de retroação para melhoria da qualidade” (Santos, 2011, p. 5).

A autoavaliação pretende fornecer informação relevante e atualizada como suporte da avaliação externa, outro instrumento de avaliação, que está a cargo de avaliadores externos e que é complementar da autoavaliação. As discussões e trabalhos práticos destes avaliadores são baseados no relatório de autoavaliação. O processo de autoavaliação culmina ao transmitir publicamente uma mensagem sobre a qualidade de uma instituição, cursos e programas, incorporando também o objetivo da promoção sistemática e continuada da melhoria da qualidade (Rosa, 2004).

A avaliação é concebida como um processo constante que busca o autoconhecimento da instituição e possibilita o repensar das ações que estão sendo desenvolvidas. Neste sentido, é um instrumento de inovação e qualidade institucional, contrapondo-se à concepção da avaliação como controlo e fiscalização, legitimada pela comunidade académica, quando, a partir de seus gestores, promove debates, discussões, seminários que possibilitem a participação de todos no processo avaliativo (Brito, 2006).

A avaliação enquanto ação participativa dos seus atores constitui-se como espaço democrático de construção coletiva e negociada de estratégias, visando a melhoria contínua da instituição ou cursos.

Neste sentido, como relata Oliveira (2003, p. 140):

um fator sumamente crucial e que está presente neste momento atual de avaliação é o respeito à participação efetiva de todos os interessados no processo (ou *stakeholders*) e que independentemente da sua condição social, económica, académica ou outras, são elementos imprescindíveis que devem atuar no processo, desde sua concepção até seus resultados. Somente assim, a avaliação será útil nas necessárias transformações [...].

Num estudo sobre qualidade e sua relação com o processo de avaliação no ensino não superior, Leite *et al.* (2007, pp. 672-686) destacam que:

[...] os resultados das avaliações legítimas deveriam ser amplamente divulgados e aplicados e a avaliação seria boa para conhecer e manter o padrão de qualidade do ensino e melhorar o posicionamento da instituição com obtenção de boas notas. A qualidade dos cursos, dos docentes, da infra-estrutura e da universidade como um todo, serve para aprimorá-la e favorece um retorno para a coletividade.

A avaliação é um processo trabalhoso e dispendioso, diretamente suportado pelas próprias instituições de ensino superior (Santos, 2007). Este custo deve, no entanto, ser entendido como um investimento, pois cada instituição de ensino tem capacidade de resolver seus próprios problemas; assim, a estratégia da autoavaliação é muito válida porque fornece um guia para a melhoria da qualidade (Diaz, 2003).

Esta melhoria da qualidade de processos, de procedimentos, de resultados só é alcançável se for uma construção coletiva, onde todos os agentes da instituição participem na ação de avaliar.

Como referimos, a necessidade de avaliação da qualidade ou de garantia de qualidade do ensino superior decorre das elevadas expectativas depositadas pela sociedade em geral, dos elevados investimentos públicos e privados e da necessidade de desenvolvimento local, regional e nacional, bem como da realização pessoal e profissional.

A avaliação deverá sempre buscar a melhoria das condições de ensino-aprendizagem e ser capaz de identificar as potencialidades e fragilidades institucionais e dos cursos e programas. Deverá ser um contínuo repensar sobre a formação, estimulando a mudança inovativa transformadora, tendo como referência a excelência técnica profissional e a relevância social dos cursos, bem como a sua capacidade de dar respostas às emergências da sociedade.

Como vimos, o objetivo principal da autoavaliação da qualidade é o de melhorar a qualidade das instituições de ensino superior, aumentando a legitimação das mesmas através de uma prestação de informação fidedigna aos poderes públicos e à sociedade sobre o seu desempenho. Segundo Juliato (2005), o propósito sempre será o de

aumentar o grau de eficiência e eficácia institucional. Podemos, no entanto, considerar que há outros vetores e propósitos relacionados a justiça, a equidade e a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso.

Segundo Afonso (2000), a autoavaliação contribui para o melhoramento e o desempenho da instituição educativa. É uma forma necessária para informar o crescimento e a evolução da comunidade educativa, bem como preparar a avaliação externa. Deste modo, entre as motivações para desenvolver a ação de autoavaliação sobressaem pelo menos três:

1. A autoavaliação permite às instituições de ensino melhorar o seu desempenho, através da identificação de áreas mais problemáticas e da procura de soluções mais adequadas, o que facilitará o trabalho dos docentes e de outros profissionais;
2. é um ótimo instrumento de *marketing*. A divulgação dos resultados junto da comunidade contribui para o seu reconhecimento público e revela-se uma estratégia apropriada, não só para conseguir mais e melhores apoios, mas também para gerar maior procura da universidade por parte dos potenciais interessados, informados pelos resultados divulgados;
3. permite gerir a pressão da avaliação externa institucional, quer antecipando a identificação dos seus pontos fracos e fortes, quer delineando as estratégias adequadas de melhoria, quer ainda preparando a justificação ou fundamentação das fragilidades identificadas pelos serviços de avaliação externa.

Para MacBeath *et al.* (2005), a autoavaliação dá importância ao diálogo na tomada de decisões com vista a alcançar a qualidade institucional, e a sua relevância cresce devido à descentralização que lhe é inerente. Nestes termos, MacBeath *et al.* (2005, p. 171) descrevem o processo como tendo duas funções principais:

A autoavaliação tem subjacente uma fundamentação diferente da avaliação externa. Ao mesmo tempo que também tem um objectivo de prestação de contas, o seu primeiro impulso é desenvolvimentista. É a característica intrínseca das escolas (universidades) eficazes e da prática profissional, mas adquire uma grande relevância a partir da descentralização. Numa perspectiva política, a autoavaliação é vista como um mecanismo para estimular as escolas no sentido de melhorarem a sua qualidade a partir dos seus próprios recursos, ajudando-se a monitorizar os seus progressos e a dar informação correcta à comunidade externa – pais e um público mais vasto. A autoavaliação contribui também para o debate democrático no que concerne à qualidade da escola e da sala de aula e complementa ainda o trabalho de organismos externos. Da perspectiva da escola, a autoavaliação tem um objectivo mais imediato. O diálogo centra-se mais nos actores internos e na sua contribuição para o planeamento e melhoria aos níveis da sala de aula, da escola e da comunidade. Para que tal possa ser alcançado, é necessário o envolvimento de todos os actores-chave a ter acesso aos instrumentos que melhor sustentem a tomada de decisões relativamente à aprendizagem e ao ensino. Podemos, então, descrever a autoavaliação como tendo duas funções principais: 1.^a Estimular o diálogo acerca de objectivos, prioridades e critérios de qualidade aos níveis da escola e da sala de aula. 2.^a Atingir os objectivos através do uso de instrumentos apropriados e de fácil acesso.

Na mesma perspetiva, Guerra (2001) apresenta a autoavaliação como uma plataforma de diálogo que colabora na apropriação profunda do conhecimento da educação, onde sobressai o carácter holístico, emergente, democrático e educativo da autoavaliação, que, com a colaboração de toda a comunidade educativa, propiciará a compreensão necessária para garantir a melhoria institucional.

Para concluir, convocamos Natércio Afonso, que no prefácio a *A História de Serena* da autoria de MacBeath *et al.* (2005, p. 27) refere:

[...] a autoavaliação pode servir de ponto de partida para a avaliação externa, enquanto esta pode favorecer a melhoria da qualidade da autoavaliação pelos efeitos de aprendizagem que produz, nomeadamente ao nível da construção de indicadores e de instrumentos de recolha de informação.

6. Metodologia

Perante o pressuposto enunciado, partimos para o estudo das nossas questões de investigação. A estratégia de investigação passou por adotar o estudo de caso, elegendo uma UB da UCM com uma certa cultura de inovação relacionada ao processo de ensino-aprendizagem. Relativamente à análise dos dados, adotámos o método qualitativo, recorrendo à entrevista semiestruturada, à observação não participante e à análise de conteúdos de documentos produzidos no âmbito do processo de autoavaliação. O estudo considera principalmente os factos relacionados a este processo ocorridos em 2015.

Segundo o método qualitativo, a análise de conteúdo foi realizada definindo cinco categorias e subcategorias e enquadrando-as nas teorias presentes no quadro teórico. Depois, realizou-se a codificação e respetivos quadros de análise dos dados recolhidos.

As cinco principais categorias temáticas construídas para efeitos de análise e validação dos resultados que definem a presente investigação são as seguintes:

1. orientação para a ação a nível nacional (referencial legal);
2. orientação para a ação de autoavaliação a nível institucional/UB;
3. ação para a autoavaliação;
4. planos de orientação para a ação de melhoria;
5. efeitos do plano de melhoria, decorrentes da autoavaliação. Impacto organizacional, profissional e social.

Estas categorias temáticas foram constituídas considerando o princípio impulsionador que forma os instrumentos regulatórios a nível nacional e institucional (categorias

temáticas 1 e 2), o centro do processo que é ação da autoavaliação (categoria temática 3) e os resultados dessa ação de autoavaliação (categorias temáticas 3 e 4), que logicamente foram as linhas norteadoras do guião de entrevista e as linhas mestras de todas as nossas pesquisas empíricas.

Nas secções seguintes daremos sequência aos conteúdos das categorias acabadas de enunciar.

7. Resultados: apresentação, análise e discussão

7.1. Orientação para a ação a nível nacional (referencial legal)

O quadro normativo sintético para a garantia de qualidade a nível nacional é a seguir apresentado:

Quadro 1. Referencial Legal Nacional

NACIONAL	
Leis, Decretos, Despachos, Documentos	Designação
Decreto-lei n.º 63/2007 de 31 de dezembro	Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES)
Decreto-lei n.º 64/2007 de 31 de dezembro	Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ)
Lei n.º 27/2009, de 29 de setembro	Lei do Ensino Superior
Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020	Ministério da Educação

Fonte: autores

Para esta categoria, a questão orientadora colocada aos entrevistados foi: “Conhece as orientações, o referencial legal, para ação da autoavaliação a nível nacional?”. Os registos obtidos revelam que o conhecimento da legislação não é idêntico por parte dos sujeitos entrevistados, antes apresenta maior ou menor profundidade:

“Sim, muita informação sobre legislação relacionada à autoavaliação posso não ter, mas com certeza o que nós fazemos aqui é com base no manual que se chama Manual de Procedimentos, ou Manual de Avaliação, que é disponibilizado a nível da UB. onde aparecem os padrões de avaliação.” (E3)

O respondente E1 demonstra conhecimento parcial dos nove indicadores propostos pelo SINAQES (missão e visão, gestão, currículo, docentes, discentes, CTA, infraestrutura, pesquisa e extensão e internacionalização).

“[...] temos as dimensões ligadas ao *docente*, ligado ao seu grau de formação, temos dimensões ligadas aos *estudantes*, que tem a ver com idade, perfil do estudante, dimensões ligadas a *infraestruturas*, [...] salas de aula, biblioteca, sala de informática, lugar de repouso, de todos os espaços físicos da Instituição. Temos também a autoavaliação ligada a *extensão e pesquisa*, na verdade as dimensões da autoavaliação incidem sobre as três áreas básicas: ensino, pesquisa e extensão.” (E1)

Em síntese: o referencial legal nacional é conhecido no terreno, havendo níveis de entendimento e compreensão diferenciados.

7.2. Orientação para a ação de autoavaliação a nível institucional/UB

O quadro normativo sintético para a garantia de qualidade revela que há orientações internas formais para a ação a nível institucional/UB, como é representado a seguir:

Quadro 2. Referencial Legal Institucional

INSTITUCIONAL/UB	
Despachos, Documentos	Designação
Beira, 28 de janeiro de 2015. Despacho n.º 23/2015/UCM/R	Com o despacho é criada a comissão de Avaliação Interna da UCM – Reitoria para o processo de avaliação e acreditação dos cursos.
Beira, 28 de janeiro de 2015. Despacho n.º 24/2015/UCM/R	Pelo despacho são criadas as comissões de Autoavaliação nas Unidades Básicas (UB) para o processo de avaliação e acreditação dos cursos.
Plano Estratégico da UCM (2012-2016)	Plano Estratégico
Política de Garantia de Qualidade da UCM (2012-2016)	Política de Garantia de Qualidade

Fonte: autores

Da análise que realizámos do Plano Estratégico (PE) da UCM (2012-2016), para cada objetivo estratégico foram identificadas estratégias, metas e indicadores, tendo em conta os desafios que a UCM iria enfrentar no período de 2012 a 2016. A única referência direta sobre avaliação e garantia da qualidade é a encontrada no objetivo estratégico para a área nuclear Ensino e Aprendizagem, que provavelmente tem, do mesmo modo, motivado a elaboração da Política de Qualidade estabelecida no indicador, como podemos ler a seguir:

Quadro 3. PE da UCM – Referência a Avaliação da Qualidade

ESTRATÉGIA	METAS	INDICADORES
Adotar um modelo de garantia e controle de qualidade	Assegurar a qualidade dos serviços prestados	Modelo de garantia de qualidade Relatórios de avaliação

Fonte: PEUCM 2012-2016

Analisando esta tabela, podemos inferir que o processo de autoavaliação da qualidade não é muito referido nas outras áreas nucleares e seus objetivos estratégicos. Esta relativa ausência pode significar que ainda não era tempo da avaliação de qualidade e da autoavaliação e que as ações de autoavaliação ocorridas resultaram de uma imposição externa. Enfim, o PEUCM (2012 a 2016) contempla superficialmente a preocupação com a avaliação da qualidade.

Em síntese, a Unidade Básica em estudo tem sofrido uma significativa pressão advinda da legislação nacional e orientações da reitoria, com o fito de avaliar a qualidade do ensino, pesquisa e extensão, obter no futuro o credenciamento pelo CNAQ e possivelmente captar mais alunos e adquirir prestígio junto da sociedade.

Nestes termos, podemos afirmar que a UB em estudo está a institucionalizar e melhorar os processos de garantia de qualidade académica, propondo-se desenvolver um sistema de garantia de qualidade académica na instituição. Para suportar esta afirmação, identificamos a criação da comissão de autoavaliação, a adoção de instrumentos de avaliação, a elaboração e recolha de informações (*checklist*) e a organização dos departamentos prescrevendo a existência de evidências documentais.

7.3. Ação para autoavaliação

Resultou do nosso estudo a perceção de que as ações de autoavaliação foram pressionadas a acontecer a todo o custo, advindas das orientações legais externas, institucionais e nacionais.

A declaração que segue realça este facto:

“[...] a Universidade se organiza muito rápido, cria um departamento central, cria um responsável pela área de qualidade e faz esta réplica ao nível das Unidades Básicas; e cria-se esta máquina de interação para fazer este processo, isto tudo, não só esta finalidade de reflexão, mas também a finalidade de responder a esta solicitação do CNAQ.” (E1)

“[...] existem algumas orientações ligadas à própria Universidade Católica de Moçambique que orientam para a prática da autoavaliação.” (E1)

“Isto está num guião que o próprio Ministério da Educação fornece; todavia, porque nossa visão de avaliar a qualidade não é simplesmente conformar com a lei, fazer só aquilo que nos é exigido na lei, mas ir um pouco mais [além], procurar aperfeiçoar as nossas próprias práticas [...]; fomos acrescentando alguns elementos importantes a esta grelha que o ministério nos disponibiliza.” (E2)

Provavelmente, a falta de clareza e objetividade do processo de autoavaliação fez com que na UB em estudo se fizesse uma avaliação sem, realmente, saber do quê, para quê, do que especificamente se tratava, como podemos perceber na fala do entrevistado:

“[...] acabámos não fazendo avaliação de cursos nem de programas, acabámos fazendo uma avaliação de quase toda faculdade e acabámos fazendo de forma inconsciente, fazendo uma avaliação de tudo.” (E1)

“Naturalmente, uma coisa nova que nos é pedida só pode criar mais confusão e pânico nos primeiros momentos porque ninguém sabia exatamente o que é isto, como se faz isto. No entanto, havia uma lei que exigia que isto fosse feito.” (E2)

Podemos notar também que a ação da autoavaliação foi gerida e preparada de forma superficial com discussões, esclarecimentos, formações, harmonização de documentos, partilha de informações, entre outros, como podemos perceber na fala a seguir:

“Uma preparação muito superficial, que foi essencialmente a apresentação dos instrumentos, estudo dos instrumentos na tentativa de percebê-los [...]; em algumas vezes nem se chegou a perceber o que de facto se esperava [...]. Assim vamos cada um buscando seu caminho.” (E2)

Apesar de a autoavaliação não ser uma prioridade, os sujeitos entrevistados reconhecem seu valor (importante, necessária). Um dos entrevistados se expressa nos seguintes termos:

“[...] é importante que haja a autoavaliação. Este processo de autoavaliação que vai produzir informações, que vai depois servir para uma avaliação interna e uma avaliação externa e com o objetivo de, para além de promover a qualidade do próprio ensino, mas também [...] de verificar o nível de cumprimento nos institutos de ensino superior dos instrumentos legais existentes.” (E2)

Neste sentido, compreendemos que a autoavaliação é um mecanismo significativo que vem a ser uma alavanca para a garantia da qualidade da IES, através do envolvimento de toda comunidade académica, promovendo uma reflexão interna coletiva, que é essencial para a legitimação do processo. No entanto, nem sempre foi este o efeito observado na ação da autoavaliação da UB em estudo. As declarações que seguem realçam este fato:

“Na verdade, este processo acabou não sendo tão envolvente como desejaríamos”. (E1)

“A autoavaliação ficou mais restrita ao departamento, nós apenas respondemos ao que dizia respeito ao departamento.” (E3)

“Foi uma avaliação institucional.” (E3)

Apesar de existir num sistema relativamente ambíguo e debilmente articulado, os dados recolhidos permitem sustentar que a ação para a autoavaliação gerou práticas de maior integração organizacional e uma maior comunicação interna entre os vários departamentos. A este propósito o sujeito E1 afirma:

“[...] ganhámos muito com o processo, interação entre vários departamentos e várias áreas e buscámos documentos que estavam em arquivo que já estavam se perdendo.” (E1)

“[...] acabou mexendo com quase todos, cada um, onde estava enquadrado e solicitado para dar uma resposta, os departamentos se reuniam, dividiam tarefas.” (E1)

É importante salientar que a ação da autoavaliação significou investimento financeiro relacionado a diversos materiais necessários para otimizar o processo. Os depoimentos que se seguem consubstanciam o investimento:

“Sim, os recursos é o tempo, papel e material de consulta; estes recursos foram disponibilizados.” (E2)

“Sim, tivemos os recursos, como por exemplo, computador, papel, o tempo que nos foi disponibilizado; em vez de dar aula, a direção nos concedeu um momento para fazer a autoavaliação a nível dos departamentos.” (E3)

Na UB em estudo, os resultados da autoavaliação são dados a conhecer apenas internamente e de forma superficial. Não há relatórios escritos e muito menos publicados e difundidos pela comunidade académica, como apontam os entrevistados:

“Não, não, porque de uma forma geral [...] o processo ainda não terminou, estamos no meio, mas estamos conscientes que já deveríamos ter divulgado os resultados; mas, infelizmente, não temos resultados em mãos.” (E1)

“Não foram divulgados, assim em público, mas houve encontros onde o Ponto Focal disse em linhas gerais sobre este resultado.” (E3)

Em síntese, a autoavaliação é uma realidade na UB em estudo. Mas é uma realidade débil, marginal, escassamente impactante na melhoria dos núcleos essenciais da ação académica. Por outro lado, anota-se que o processo está em constante construção, o que pode parcialmente explicar a dificuldade de adoção, reconhecendo-se que a ação avaliativa poderá ser mais dinâmica e ampla de modo a envolver toda comunidade académica, tanto interna como externa.

A prática da autoavaliação constituiu-se como um olhar interno que ao mesmo tempo visualizava o passado e o futuro focando-se nas próprias estruturas, atividades e uma gama de processos institucionais. Neste sentido, na nossa visão, a autoavaliação significou lidar não só com variáveis quantificáveis, mas também com situações polissémicas, incertas e dinâmicas. Significou considerar as contradições, a pluralidade de pontos de vista, a diversidade dos atores e os elementos estruturais e conjunturais da ação.

7.4. Planos de orientação para a ação de melhoria

A finalidade da autoavaliação da qualidade é proporcionar a melhoria das IES, traduzida em planos de aperfeiçoamento devidamente estruturados e calendarizados.

O CNAQ sugere três etapas para a elaboração do plano de melhorias:

1. A partir do relatório de autoavaliação, uma equipa constituída para o efeito extrai as sugestões de melhoria agregadas por temas;
2. A equipa analisa as sugestões e formula ações de melhoria abrangentes e relevantes;
3. As ações de melhoria devem ser ordenadas de acordo com critérios de priorização, e a equipa elabora o plano de melhoria com base numa tabela contendo os seguintes elementos: a) fraqueza; b) ação de melhoria; c) responsável; d) recursos necessários; e) prioridade (alta, média ou baixa); f) estabelecimento de prazos em meses.

Na presente recolha de documentos, não existem evidências da sua existência formal pela simples razão de que não foram escritos. No entanto, existem na visão dos entrevistados. Como refere o sujeito E2:

“Sim, os departamentos são recomendados a desenhar planos de melhoria a curto, médio e longo prazo. É verdade que muitas vezes os planos não são escritos, mas fica um entendimento e orientações que isto desde já deve ser feito desta ou daquela maneira.” (E2)

“[...] casas de banho vão ser reabilitadas.” (C7 – ACD)

“[...] pintura arrancará somente no segundo semestre.” (C7 – ACD)

Por sua vez, o sujeito E3 enuncia o prenúncio de uma ação departamental concertada:

“Ao nível do departamento, da avaliação que nós fizemos para cada item íamos dizendo onde estamos e para onde vamos, e depois íamos dizendo: este item podemos, precisa de mais urgência, outro item a longo prazo; então íamos fazendo estas avaliações em função da proximidade e da necessidade urgente da situação que nós íamos lendo.” (E3)

Na unidade básica em estudo tivemos acesso ao plano de formação académica de docentes e constatámos que, em 2015, 18 professores estavam a realizar ações de desenvolvimento profissional, designadamente a fazer doutoramento em diversas áreas de formação (ciências da comunicação, gestão da informação, ciências da educação, sustentabilidade social e desenvolvimento, economia), o que constitui indiretamente um plano de melhoria do nível académico dos docentes.

“[...] por exemplo, temos muitos professores em processo de formação.” (E3)

Existem evidências de planos e da realização de programas de melhoria da qualidade ao nível da organização e estruturação da UB, da formação dos docentes nas áreas de educação, desenvolvimento, administração, como se pode observar no plano de formação de professores.

7.5. Efeitos da autoavaliação no plano organizacional, profissional e social

Sobre os efeitos da autoavaliação, a nível organizacional, profissional e social:

[...] de início devemos declarar sem qualquer ambiguidade que a avaliação produz efeitos. Entretanto, os efeitos produzidos pelas diferentes avaliações não são unívocos. Muitas são as avaliações, muitos seus usos e muitos os efeitos. Em outras palavras, nenhuma avaliação jamais é neutra ou inócua. (Dias Sobrinho, 2003, p. 92)

A partir da análise das entrevistas e de documentos, as respostas indicam efeitos da autoavaliação relacionados à formação continuada de docentes com atribuição de bolsas, reforço de práticas de investigação e divulgação de conhecimento. Portanto, os docentes melhoraram seu modo de lecionar, a instituição acordou memorandos de entendimento com parceiros internacionais. Ao nível de rotinas internas, regista-se a criação do hábito de anotar todas as atividades, criação e organização de documentos, criação de melhores condições de trabalho (infraestruturas), efeitos na interação (comunicação), reflexão conjunta sobre a situação do contexto institucional e tomada de consciência de onde estamos e para onde devemos ir.

A autoavaliação, embora marcada por dimensões ambíguas e debilmente articuladas, impulsionou ações de mudanças e melhorias durante e depois das práticas autoavaliativas.

Para um dos entrevistados, os efeitos da autoavaliação são percebidos em várias dimensões:

“[...] a começar pela pintura das salas de branco, porque foi recomendação do ministério, disponibilização visual da Missão e Visão nas paredes da UB, a identificação com placas dos departamentos. É um processo um pouco complexo, porque é um movimento todo de criação de condições de trabalho, de gestão, de ensino adequado dentro da instituição; então os ganhos neste processo podem não ser diretamente desta parte. Mas a este processo, houve muitos ganhos a partir do momento que a UCM entra neste processo, a nossa consciência de que nosso corpo docente deve ser cada vez mais qualificado cresceu bastante, o receio de termos problemas com docentes não formados em diferentes áreas cresceu, tem pessoas que já se formaram com nível de doutoramento, outras estão em programas de doutoramento na nossa UB e em outras UB. Também houve uma consciência muito grande e a Universidade trabalha e tem na qualidade um de seus principais compromissos.” (E1)

A análise das entrevistas demonstrou que a autoavaliação intensificou o diálogo entre os departamentos, tendo um dos entrevistados ressaltado este efeito de interação da seguinte forma:

“Em termos de resultados, mais como faculdade, foi muito importante a interação, ganhámos muito com o processo de interação entre vários departamentos e várias áreas.” (E1)

Um aspeto que teve muita força e sentido foi procurar, encontrar ou até mesmo produzir documentos de regulação da ação, como os entrevistados relatam:

“[...] e buscámos documentos que estavam em arquivo que já estavam se perdendo; estamos a falar de um protocolo que foi feito pela faculdade entre o

nosso departamento de comunicação com o departamento de comunicação de uma outra universidade.” (E1)

“Os programas estão organizados, todas as disciplinas com seus conteúdos programáticos organizados, agora é possível ter um curso todo numa única brochura [...]. Antes, os conteúdos programáticos estavam espalhados, cada um com seu formato, cada um apresentando à sua maneira, isto está ultrapassado. Nós já percebemos a linguagem da autoavaliação.” (E2)

“Bom, os resultados visíveis da autoavaliação, que eu penso que temos, são organização das pastas; já sabemos hoje em dia organizar os documentos que podem servir de evidências. Então é um processo que penso, se for capitalizado, a instituição sai muito mesmo a ganhar.” (E3)

Com a autoavaliação verificou-se a melhoria de condições de trabalho, investimento significativo em infraestruturas, principalmente relacionadas a manutenção e as condições de estudos, como se pode constatar das declarações que seguem:

“[...] eu posso fazer minha própria avaliação de acordo com a biblioteca, no tempo que entrei já encontrei muitos livros, mas a UCM continua investindo comprando novas obras e assim não existe nenhuma preocupação dos estudantes relacionada aos livros. Nunca ouvi ninguém a reclamar que a UB não tem livros suficientes para o ensino, porque a biblioteca está super-recheada de livros. Outra coisa que os colegas sempre dizem: a UCM sempre faz investimentos, em cada semestre tem um investimento, seja nas salas, no edifício. Ela sempre quer fazer o melhor.” (E4)

“[...] e neste momento, graças a Deus, achamos que, pelo menos a nível físico, estético, aproxima-se aquilo que o ministério quer ver.” (E2)

A autoavaliação revelou o baixo nível de formação académica dos docentes, o que levou a unidade básica a investir em formação de professores, oferecendo bolsas parciais como incentivo à formação continuada.

“Sim, porque um dos indicadores de qualidade é o grau académico dos próprios docentes, e nós sabemos que uma universidade que é universidade em princípio é feita de Prof. Doutores. Se temos uma universidade que não tem doutores, é sua tarefa procurar alcançar estes níveis dos seus docentes. E da avaliação que estamos a fazer, dos documentos que estamos a ler sobre o ensino superior e das orientações neles patentes, quase que [a universidade] foi obrigada a investir na formação, não só a nível académico dos docentes mas também [em] capacitações pedagógicas, e principalmente introduzir o elemento investigação na sua carreira.” (E2)

Outro efeito verificou-se ao nível da reflexão sobre a situação institucional e académica, que levou à alteração curricular quanto aos anos de lecionação, passando os cursos de licenciatura de 3 para 4 anos e os mestrados de 1 ano e meio para 2 anos, o que movimentou os coordenadores no sentido de adaptar os cursos e programas à nova realidade.

“[...] foi feita uma revisão curricular, tinha lá os dados mas tudo desorganizado; foi uma oportunidade para reorganizar a nós mesmos, a nossa documentação, e também foi uma oportunidade de refletir como é e como está o nosso processo, o que estamos a fazer. Falamos que temos que abrir cursos, exige este e aquele processo, mas, agora que paramos para fazer o processo de autoavaliação, há *deficit* de seguir o processo de estudo de viabilidade.” (E1)

“[...] temos a consciência que devemos nos organizar, guardar documentos e estamos a nos preparar para a avaliação externa e posterior acreditação; estamos a nos preparar.” (E1)

O impacto esperado e alcançado pela organização das evidências dos acontecimentos é outro *leitmotiv* que revela uma maior consciência da importância do registo como memória e projeção de melhoria. Importa salientar que as afirmações feitas pelos entrevistados representam claramente aquilo que são as suas percepções sobre a organização:

“[...] o processo tinha como finalidade central refletir sobre o andamento e organização das nossas atividades em cada uma destas áreas, todas [nove indicadores]; esta foi a ideia central.” (E1)

“[...] refletir sobre nossas práticas, o que fazemos, para além de criar uma base de dados, de documentos que estavam desorganizados, guardados ali, acolá. Ajudou a fazer uma organização.” (E1)

“[...] agora temos consciência do que estamos a fazer, temos a consciência que devemos nos organizar, guardar documentos e estamos a nos preparar para a avaliação externa e posterior acreditação; estamos a nos preparar.” (E1)

“[...] a consciência de nos organizarmos, de que criamos evidências do que fazemos, foi ganhando importância em todas as áreas, mas estamos conscientes que este processo só [se] iniciou e [...] nunca vai parar. Então acredito que houve muito ganho.” (E1)

“[...] a autoavaliação, para além de nos ajudar a perceber o nível de qualidade que nossos cursos têm, também é um momento importante para compormos os nossos cursos, garantir a informação toda relativa ao curso está perto de nós, porque quando nós fizemos uma autoavaliação, temos que trazer todos os elementos ligados ao curso próximo e ali avaliar. De facto descobrimos que tínhamos que procurar documentos que não tínhamos: por exemplo, vimos que

grande parte dos nossos cursos eram iniciados sem uma pesquisa de mercado ou uma pesquisa formal, porque creio que tenha havido pesquisas informais; a questão de formalidade é um elemento importante no ensino.” (E2)

A criação (formal) de uma sala de evidências revela a importância real e simbólica de ter “as coisas organizadas”, sendo pois necessário produzi-las. Seguem abaixo alguns exemplos destes relatos:

“[...] podemos ir ter no gabinete de evidências, onde podemos ter acesso a estes materiais.” (E1)

“[...] evidências de reuniões, relatórios; lembro-me, sim, nós fizemos reuniões, mas onde estão as evidências? e o que são evidências? São todos os dados que devem ser levantados aquando da realização de qualquer evento. Então nós, a partir daí, começámos a organizar as atas, a assinar e a conservar. E nós não tínhamos apenas de estar a fazer; em relação por exemplo ao banco de dados, nós dizíamos, em memória, gente nosso departamento tem tantos; onde estão os registos? Não tínhamos nesta altura; então penso que a avaliação interna tem esta relação muito interessante de organizar o processo de Ensino Aprendizagem.” (E3)

“[...] já sabemos hoje em dia organizar os documentos que podem servir de evidências. Então é um processo que penso se for capitalizado a instituição sai muito mesmo a ganhar.” (E3)

Outro efeito da autoavaliação foi a introdução de novos métodos pedagógicos, outros modos de dar aula, experiências de aprendizagem mais interativas com o próprio docente e entre pares e autoaprendizagem, como se pode aferir nos depoimentos do coordenador de cursos e de um estudante, que de algum modo evidenciam esta verdade:

“As nossas próprias práticas na sala de aula tiveram que mudar em função daquilo que os estudantes identificaram como lacunas. Os professores tendem a ser cada vez mais abertos à participação dos próprios estudantes.” (E2)

“Alguns docentes melhoraram o modo de lecionar.” (E4)

Enfim, o processo de autoavaliação criou possibilidades de organização coletiva, de formação de nova consciência e prática social, podendo neste sentido favorecer uma direção cultural construída democraticamente. Mas vai exigir clareza de princípios e de projetos sociais compartilhados, que ainda não são evidentes na instituição estudada.

8. Conclusão

Concluimos, portanto, que as práticas autoavaliativas geraram efeitos no quotidiano institucional, mas necessitam, para serem legitimadas, de superar o controlo burocrático e de se afirmarem como ação essencial para a qualidade académica e investigativa. Os efeitos da autoavaliação são difíceis e lentos, mesmo em contextos institucionais inovadores, porque a avaliação ainda não se encontra consolidada no âmbito da ação prática dos membros da comunidade académica em estudo. Está em construção e, por isso, figura apenas como exigência vinda da estrutura burocrática da IES e não como uma ação importante e permanente na busca da qualidade científico-educacional.

Apesar da estrutura normativa, as ações autoavaliativas não podem ser analisadas somente como resultado direto das coações exteriores, sejam elas estatais (externas/públicas) ou da reitoria (interna), que são as principais forças que atuam sobre a UB em estudo. A avaliação pensada e realizada em virtude do ritualismo normativo limita, provavelmente, a função formativa e deixa de ser, essencialmente, um processo ao serviço da melhoria do cumprimento das finalidades políticas e sociais das instituições de ensino superior (Afonso, 2011).

O princípio da autonomia impõe um olhar dialético sobre as demandas externas e os contextos institucionais, pois ambos são responsáveis pela qualidade da educação superior e possuem papel ativo nas mudanças que estão e deverão ocorrer neste universo educacional interseccionado.

Por fim, a UB em estudo desenvolveu estratégias autoavaliativas voltadas para a organização e transformação qualitativa e quantitativa da instituição. As mudanças registadas estão relacionadas com as modificações curriculares, procedimentos administrativos (registo de atividades, atas de encontros), investimentos em equipamentos e infraestrutura, organização de departamentos em termos de evidências documentais (pautas, relatórios, conteúdos programáticos), novos modos de lecionar, elaboração do plano de formação de professores, entre outros.

Para que o processo de autoavaliação consiga compreender a realidade e dela extrair os significados mais representativos e pertinentes evitando a superficialidade, será necessário elaborar um plano de execução próprio do subsistema de autoavaliação com calendarização da ação que englobe o trinómio ensino-pesquisa-extensão, tendo em atenção a *disposição para uma mudança positiva* e a participação representativa, democrática e tendencialmente consensual de todos os membros da comunidade académica.

9. Referências bibliográficas

- Afonso, A. (2011). Questões polémicas no debate sobre políticas educativas contemporâneas: o caso da accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. In M. P. Alves e J.-M. de Ketele (Orgs). *Do currículo à avaliação, da avaliação ao currículo* (pp. 83-101). Porto: Porto Editora.
- Afonso, N. (2000). Autonomia, avaliação e gestão estratégica das escolas públicas. In J. A. Costa, A. N. Mendes e A. Ventura (Orgs). *Liderança e estratégias nas organizações escolares* (pp. 89-116). Aveiro: Edições Universidade de Aveiro.
- Alves, J. M., & Castro, H. F. G. (2013). Avaliação de escolas: o gerenciamento da imagem ao serviço da legitimação. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*. Vol. 13 (2013), 49-82.

- Barreyro, G. B., & Lagoria, S. L. (2010). Acreditação da Educação Superior na América Latina: os Casos da Argentina e do Brasil no contexto do MERCOSUL. *Cadernos PROLAM/USP*. Ano 9. Vol. 1, 7-24.
- Brito, S. L. E. (2006). *Modelo conceitual de avaliação institucional de universidades: A contribuição da avaliação institucional de universidades para o desenvolvimento socioeconómico de um país – Um estudo da realidade de Moçambique*. Tese de doutoramento. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil.
- Clímaco, M. C. (2005). *Avaliação de sistemas em educação*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior – CNAQ (2016). *Manual de autoavaliação*. Recuperado de <http://www.cnaq.ac.mz/index.php/ct-menu-item-23>.
- Cumaio, G., António, E., & Baptista, A. (2016). *Dados estatísticos sobre o Ensino Superior, 2015*. Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional e Direção Nacional do Ensino Superior. DNES – MCTESTP/2016.
- Decreto n.º 63/2007, Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES). Publicado no BR n.º 52, I série, de 31 de dezembro de 2007.
- Dias Sobrinho, J. (2000). *Avaliação da educação superior*. Petrópolis: Vozes.
- Dias Sobrinho, J. (2003). *Avaliação: Políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez.
- Díaz, A. S. (2003). *Avaliação da qualidade das Escolas*. Porto: Edições Asa.
- Espinar, S. R. (2013). *La evaluación de la calidad en la educación superior*. Madrid: Editorial Síntesis.
- European University Association – EUA, (2003). *Graz Declaration Forward from Berlin: the role of the Universities*. Bruxelas: European University Association.
- Giertz, B. (2000). *The Quality Concept in Higher Education*. Uppsala: University of Uppsala.
- Guerra, M. (2001). *A escola que aprende*. Porto: Edições Asa.
- Juliatto, C. I. (2005). *A universidade em busca da excelência: Um estudo sobre a qualidade da educação*. Curitiba: Champagnat.
- Langa, P. V. (2012). A mercantilização do ensino superior e a relação com o saber: a qualidade em questão. *Revista científica da Universidade Eduardo Mondlane*. Série: Ciências da Educação, Vol. 1, n.º 0, 21-41.
- Leite, D. et al. (2007). Estudantes e avaliação da universidade: um estudo conjunto Brasil-Portugal. *Cadernos de Pesquisa*. Vol. 37, n.º 132. Acedido a 21 de janeiro de 2015 em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/ao837132.pdf>.

- Macbeath, J., Schratz, M., Meuret, D., & Jakobsen, L. B. (2005). *A história de Serena, viajando rumo a uma escola melhor*. Porto: Edições Asa.
- Mosca, J. (2009). *Práticas e desafios do ensino superior em Moçambique: Economicando*. Maputo: Alcance Editores.
- Oliveira, C. A. S. (2003). O desafio da Avaliação do desafio: a questão dos programas sociais. *Ensaio: avaliação de políticas públicas em avaliação*. Vol. 11, n.º 39, 139-140.
- Rosa, C. (2004). *Gestão Estratégica Escolar*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Santos, C. C. I. (2007). *A qualidade do ensino superior: globalização, Bolonha e Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado em Políticas e Gestão do Ensino Superior não publicada, Universidade de Aveiro.
- Santos, S. M. (2011). *Análise comparativa dos processos europeus para a avaliação e certificação de sistemas internos de garantia da qualidade*. Lisboa: A3ES Readings, 1.
- Stufflebeam, D. L., & Shinkfiel, A. J. (1993). *Evaluación sistemática: guía teórica y práctica*. Barcelona: Paidós/Ministerio de Educación y Ciencia.